

**MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS ESPECIAIS**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

**I – SOBRE AS AÇÕES DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?				
2	Foram realizadas auditorias contábil/financeira?				
3	Foi realizada auditoria operacional?				
4	Foi realizada auditoria patrimonial?				
5	Foi realizada auditoria tributária?				
6	Foi realizada auditoria de sistemas e processamento eletrônico?				
7	Foram realizadas auditorias em outras áreas?				
8	Os resultados das auditorias serviram de base para elaboração do presente relatório?				

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

**II – RESPONSÁVEIS**

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(is) pelas Contas					
Responsável pelo encaminhamento das Contas					
Responsável(is) pelo Setor Contábil					
Responsável(is) pela Unidade Central de Controle Interno					
Responsável(is) pela Tesouraria					
Responsável(is) pelos Bens Patrimoniais					
Responsável(is) pelos Bens em Almoxarifado					
Outros responsáveis					

**MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS ESPECIAIS**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

**III - ANÁLISE DA GESTÃO DA UNIDADE GESTORA**

**III.1) Demonstrativos Contábeis:**

	<b>Questões Normativas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	As demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e MCASP?				
2	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?				
3	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo Imobilizado em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações?				
4	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo em Estoque em compatibilidade com os inventários anuais?				
5	O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias e valores em espécie, se for o caso?				
6	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP?				
7	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?				
8	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?				Se sim, especificar

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

**MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS ESPECIAIS**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

**III.2) Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária:**

**Tabela 1 – Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária**

<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
(A) Receita Arrecadada	0,00
(B) Despesa Empenhada	0,00
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	0,00
<b>(D) Superávit / Déficit (A-B) - C</b>	<b>0,00</b>

(\*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

**Tabela 2 – Transferências Financeiras (Subvenções Sociais) concedidas no exercício**

<b>Entidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>Total</b>	

	<b>Questões Normativas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	O déficit financeiro foi contido com a adoção de medidas pela administração?				Se sim, especificar
2	As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente?				
3	A contribuição previdenciária patronal está sendo recolhida regularmente?				
4	As receitas extra-orçamentárias foram repassadas a quem de direito?				
5	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?				
6	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, observaram os pré-requisitos para sua liquidação, conforme artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64?				
7	As despesas pagas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram devidamente liquidadas?				
8	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?				
9	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?				Se sim, especificar
10	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?				
11	Foi observada a normatização municipal quanto à concessão e aprovação das Transferências Financeiras (Subvenções Sociais)?				
12	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?				Se sim, especificar
13	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?				
14	A documentação prevista no artigo 13 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, de transferências financeiras, referentes a auxílios e subvenções concedidas através de termo de colaboração e fomento, encontra-se arquivada no órgão?				

**MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS ESPECIAIS**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	

**III.3) Gestão patrimonial:**

<b>Questões Normativas</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?				
2	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?				
3	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controlados?				
4	Os controles dos bens em almoxarifado contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?				
5	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens patrimoniais, encontra-se arquivada no órgão?				
6	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens em almoxarifado, encontra-se arquivada no órgão?				

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	
3	
4	

**MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS ESPECIAIS**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

**III.4) Demais Atos da Gestão:**

<b>Questões Normativas</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?				
2	As contas foram submetidas aos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais, dentre outros), quando aplicáveis?				

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	

**IV - AÇÕES REALIZADAS**

**Tabela 3 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício**

<b>Natureza da Responsabilidade</b>	<b>Valor do Dano (R\$)</b>	<b>Encaminhada ao TCE-RJ</b>
<b>Total</b>		

<b>Questão Normativa</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?				
2	As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?				

<b>Questão Normativa</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	





**MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS ESPECIAIS**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

---

---

---

---

---

---

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Controle Interno



**MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS ESPECIAIS**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

---

**Tutorial**

- 1) No caso da questão normativa ser negativa, apresentar as justificativas e medidas adotadas através de nota explicativa.
- 2) Apontamentos do Controle Interno: Reservado para as conclusões de auditoria ou demais informações que o controle interno entenda ser relevante.
- 3) Conclusão: Concluir pela regularidade, regularidade com ressalva(s) e recomendação(ões), ou irregularidade(s) das contas, em face do exame realizado, apontando as medidas adotadas para regularização.

Registra-se o conceito de amostragem conforme a NBC T 11.11 – “Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionadas, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população”.

---